

Joana Isabel Ribeiro Martins do Vale

Comportamentos Anti-Sociais Sinalizados na CPCJ de Gaia Sul

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2011

Joana Isabel Ribeiro Martins do Vale

Comportamentos Anti-Sociais Sinalizados na CPCJ de Gaia Sul

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2011

Joana Isabel Ribeiro Martins do Vale

Comportamentos Anti-Sociais Sinalizados na CPCJ de Gaia Sul

Projecto de Graduação apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de licenciada em Criminologia, sob a orientação da Mestre Madalena Sofia Oliveira.

RESUMO

O presente trabalho centra-se na problemática dos comportamentos anti-sociais apresentados pelos jovens e visa desenvolver um projecto de intervenção junto de uma amostra escolar de adolescentes, residentes em Vila Nova de Gaia, com idades compreendidas entre os 11 e os 15 anos. Utiliza-se um método de investigação qualitativo, com recurso à técnica investigação-acção.

O objectivo da intervenção consiste em reduzir o número de casos de comportamentos anti-sociais nos jovens, através da minimização dos factores de risco individuais associados a esse tipo de comportamento, bem como a fomentação dos factores de protecção individuais. A um nível mais específico, pretende-se fomentar nos jovens uma atitude pró-social, com recurso a estratégias de promoção da assertividade, das competências de comunicação e de relacionamento interpessoal, de estratégias de resolução de conflitos e de auto-controlo. Os resultados esperados vão de encontro aos objectivos da intervenção traçados.

Palavras-chave: comportamento anti-social; adolescência; projecto de intervenção.

ABSTRACT

This work focuses on the problem of antisocial behavior of adolescents and aims at developing an intervention program with a scholar sample of adolescents resident in Vila Nova de Gaia, aged between 11 and 15 years. It used a qualitative research method, using the technical action research.

The aim of the intervention is to reduce the number of cases of antisocial behavior in youth, by minimizing the individual risk factor associated with this type of behavior, as well as promoting the individual protection factors. In a more specific level, this project intend to promote in youth a pro-social attitude, using strategies to promote assertiveness, communication skills and interpersonal relations, strategies of conflict resolution and self-control.

Keywords: antisocial behavior; adolescence; intervention project.

DEDICATÓRIAS

Aos meus pais, Filomena e Cristóvão, pelo amor incondicional, obrigada por nunca terem desistido de mim.

Ao meu irmão Nuno, com votos de boa sorte nesta área do conhecimento pelo qual nos aventuramos.

À minha amiga Andreia, pelo apoio e carinho prestados ao longo destes três anos de Licenciatura. Desejo-te o maior sucesso e todas as felicidades do mundo.

Ao meu namorado Bruno, meu amor, meu amigo e meu companheiro:

«Se és tu quem me guia num destino difícil de alcançar, eu subo à superfície para te buscar, sem medo de me queimar, porque nós e onde vivemos só temos uma chance para nos safar. Em velhos termos ou agarras ou ela vai voar.»

AGRADECIMENTOS

À Professora Madalena Sofia Oliveira, pela brilhante orientação de estágio e projecto de graduação e pelo constante acompanhamento ao longo da minha Licenciatura. Agradeço os sábios conselhos neste caminho que ainda agora começou a ser percorrido.

À Dra. Ana Santos, Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Vila Nova de Gaia Sul, pela excelente supervisão de estágio. Agradeço toda a experiência e sabedoria que me transmitiu.

À Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Vila Nova de Gaia Sul, na qual desenvolvi o meu estágio.

Aos Professores da Licenciatura em Criminologia da Universidade Fernando Pessoa por todo o ensinamento que me transmitiram. Obrigada pelos conselhos e pela força que me deram ao longo da minha Licenciatura. Um agradecimento especial à Professora Doutora Maria Francisca Rebocho, ao Professor Doutor José Soares Martins, à Professora Doutora Ana Isabel Sani, à Professora Rita Rola, à Professora Susana Rua Cardoso e à Professora Doutora Glória Jólluskin.

Agradeço em especial à Professora Fátima Rocha, pela pronta disponibilidade e cooperação nas minhas actividades de estágio.

ÍNDICE

Introdução	11
Parte I – Enquadramento Teórico	
Capítulo I – Os Factores Sociais e os Preditores do Comportamento Anti-Social	12
1. A Influência Social	14
1.1. A Família	15
1.2. O Grupo de Pares	21
1.3. A Escola	24
2. Os Factores de Risco e de Protecção do Comportamento Anti-Social	27
2.1. Os Factores de Risco do Comportamento Anti-Social	27
2.2. Os Factores de Protecção do Comportamento Anti-Social	31
Parte Empírica	
Parte II – Metodologia	34
3. Descrição do Programa de Intervenção	35
4. Avaliação de Necessidades	37
4.1. Análise da Entrevista à Informante-Chave	38
4.2. Análise dos Processos de Promoção e Protecção	40
5. Descrição da População	42
6. Objectivos da Intervenção	42
7. Técnicas e Estratégias Utilizadas	43
i. Módulo I – As Competências Pessoais e Afectivas	45

ii. Módulo II – As Competências Comunicacionais e Relacionais	49
iii. Módulo III – As Competências Comportamentais	52
8. Cronograma.....	55
9. Orçamento	56
10. Análise Crítica do Programa e Resultados Esperados	56
Conclusão.....	59
Bibliografia	61
Anexos	

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1. Os Modelos Parentais na Educação dos Filhos (fonte: Baumrind, 1967, cit. in Sprinthall e Collins, 1994)	17
TABELA 2. Factores de Risco Individuais do Comportamento Anti-Social (fonte: Carroll <i>et al.</i> , 2009, p. 4)	29
TABELA 3. Factores de Risco Familiares do Comportamento Anti-Social (fonte: Carroll <i>et al.</i> , 2009, p. 4)	29
TABELA 4. Factores de Risco Escolares do Comportamento Anti-Social (fonte: Carroll <i>et al.</i> , 2009, p. 4)	30
TABELA 5. Cronograma do Projecto de Graduação	55

INTRODUÇÃO

O tema deste projecto centra-se nos comportamentos anti-sociais apresentados pelos adolescentes e encontra-se inserido no âmbito do Estágio Curricular desenvolvido na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Vila Nova de Gaia Sul.

O objectivo do presente projecto é desenvolver e planificar um projecto de intervenção junto de uma população específica, que neste caso, serão os adolescentes com idade máxima de quinze anos e que frequentem uma Escola Secundária em Vila Nova de Gaia e que apresentem comportamentos anti-sociais. Tendo em conta o contexto social e familiar onde esses jovens se desenvolvem e o facto de apresentarem comportamentos anti-sociais, bem com grupos de pares anti-normativos, tal pode comprometer o normal desenvolvimento pessoal, académico e social desses adolescentes.

O presente projecto de graduação encontra-se dividido em duas partes: um enquadramento teórico e uma parte empírica que corresponde à planificação do projecto de intervenção. O enquadramento teórico visa os factores sociais e os preditores do comportamento anti-social e está organizado em dois subcapítulos: a influência da família, do grupo de pares e da escola e os factores de risco e de protecção do comportamento anti-social. Na segunda parte do projecto de graduação é elaborada uma planificação do projecto de intervenção relativo aos comportamentos anti-sociais dos adolescentes.

No fim, é feita uma conclusão relativa ao desenvolvimento e planificação do referido projecto de intervenção.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo I – Os Factores Sociais e os Preditores do Comportamento Anti-Social

Nas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo¹ verifica-se que actualmente cada vez mais crianças e jovens acompanhados em Processo de Promoção e Protecção apresentam comportamentos disruptivos e desviantes. Este tipo de comportamentos problemáticos, tendo em conta o contexto familiar e social onde estes menores se desenvolvem, constituem um factor de risco acentuado ao nível da intensificação e persistência deste tipo de comportamento anti-social.

Primeiramente, é necessário definir o conceito de comportamento anti-social para o qual existem múltiplas designações, desde um conceito mais psiquiátrico a uma definição mais jurídico-legal. Como refere Negreiros (2001, p. 12) o comportamento anti-social é:

“(…) uma vasta gama de actividades como actos agressivos, furto, vandalismo, fugas ou outros comportamentos que traduzem, de um modo geral, uma violação de normas ou de expectativas socialmente estabelecidas”.

Assim, podemos caracterizar este tipo de comportamentos como sendo uma transgressão à lei e/ou às normas sociais, isto é, o comportamento anti-social abrange actos ilícitos e actos que apenas infringem as normas dominantes de uma sociedade (Cohen, 1955, *cit. in* Dias e Andrade, 1997).

Este tipo de conduta envolve actos que são descritos como desviantes e como delinquentes, sendo que o conceito de comportamento anti-social é o mais correcto e o mais abrangente para nos referirmos às condutas problemáticas que os jovens apresentam (Negreiros, 2001).

Como o comportamento anti-social também assume a forma de delinquência, Ferreira (1997, p. 916) define num sentido mais alargado que a delinquência juvenil diz respeito a todo o tipo de crime cometido durante o período da infância e da adolescência. Num sentido mais restrito, o autor refere que:

¹Adiante designadas pelo acrónimo CPCJ.

“(…) a delinquência envolve o conjunto de respostas e de intervenções institucionais e legais em relação a menores que cometem infracções criminais ou que se encontram em situações ou exibem comportamentos potencialmente delinquentes, nomeadamente nos casos em que existe grave negligência familiar ou em que as crianças ou adolescentes revelam comportamentos desviantes e desajustados da realidade psicossocial do grupo etário a que pertencem”.

Para ser possível uma prevenção deste tipo de comportamentos é necessário analisar e compreender o contexto social destes menores que apresentam condutas anti-sociais e perceber quais os factores de risco associados a este tipo de comportamento. Analisando o contexto pessoal, familiar e social é possível intervir sobre esta problemática (Negreiros, 2001).

No subcapítulo 1 abordar-se-á a influência da família, do grupo de pares e da escola no processo de desenvolvimento deste tipo de conduta disruptiva e desviante, tendo em conta as diversas teorias existentes nas quais podemos enquadrar este tipo de comportamento. No subcapítulo 2 fazer-se-á a ponte entre os factores de risco e os factores que protecção que podem conduzir ou inibir os jovens de apresentarem tais tipos de condutas.

1. A Influência Social

A família, o grupo de pares e a escola revestem-se de especial importância no processo de desenvolvimento dos jovens, na medida em que é no seio destas relações que eles moldam as suas personalidades e aprendem o sentido de viver em sociedade. Neste primeiro ponto pretende-se perceber qual a influência da família, do grupo de pares e da escola que poderá estar na base do desenvolvimento de condutas anti-sociais.

Primeiramente é necessário abordar o que é a adolescência de forma a perceber as especificidades desta etapa da vida tão importante. A adolescência é uma fase de mudanças que se situa entre o período da infância e da idade adulta, caracterizada como uma etapa especial do desenvolvimento humano. Hall (1904, *cit. in* Sprinthall e Collins, 1994, p. 16) define a adolescência como o *segundo nascimento*, sendo que nela se verificam as “principais transformações psicológicas e fisiológicas que alteram a qualidade dos processos cognitivos e emocionais”.

Freud (1935, *cit. in* Sprinthall e Collins, 1994) caracteriza a adolescência como um período conturbado e agitado devido à necessidade dos jovens de se tornarem independentes dos pais e de enfrentarem mudanças sociais importantes.

Sprinthall e Collins (1994, p. 40) expõem:

“No pensamento actual, o crescimento durante a adolescência engloba uma acção combinada entre as nítidas modificações biológicas, sociais e cognitivas dos indivíduos, e os contextos ou domínios, nos quais eles experienciam as exigências e as oportunidades que afectam o seu desenvolvimento psicológico”.

1.1. A Família

Para compreender a importância da família no surgimento de condutas anti-sociais, é necessário primeiramente definir o conceito de família. Segundo Minuchin (1988, *cit. in* Faco e Melchiori, 2009, p. 122):

“(...) a família é um complexo sistema de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas ligadas directamente às transformações da sociedade, em busca da melhor adaptação possível para a sobrevivência dos seus membros e da instituição como um todo”.

Dessen e Braz (2005, *cit. in* Faco e Melchiori, 2009, p. 122) assumem que o sistema familiar é:

“(...) um dos principais contextos de socialização dos indivíduos e, portanto, possui um papel fundamental para a compreensão do desenvolvimento humano, que por sua vez é um processo em constante transformação, sendo multideterminado por factores do próprio indivíduo e por aspectos mais amplos do contexto social no qual estão inseridos”.

De acordo com a literatura existem diversas estruturas familiares, sendo elas: a *família nuclear*, constituída pelos progenitores e respectivos filhos; a *família alargada*, constituída pelos progenitores, respectivos filhos e ainda outros familiares de diferentes gerações; a *família monoparental*, onde os filhos vivem com apenas um dos progenitores; e a *família reconstituída*, onde os progenitores têm outros companheiros e com os quais estabeleceram outra relação (Shoemaker, 2009).

Sprinthall e Collins (1994, p. 296) tendo em conta os ambientes familiares argumentam:

“A família determina as nossas primeiras relações sociais, assim como os contextos onde ocorre a maior parte das aprendizagens iniciais que efectuamos, acerca das pessoas, situações e capacidades individuais. Estas aquisições exercem uma grande influência na nossa personalidade”.

A relação entre os factores familiares e o comportamento anti-social começou a ser estudada a partir do momento em que se verificou a consciencialização social para as possíveis respostas a dar aos jovens anti-normativos (Shoemaker, 2009).

Vários estudos realizados acerca desta temática começaram por analisar a relação entre a estrutura familiar e a sua ligação com a delinquência, abordando essencialmente a composição e os tamanhos das famílias.

Estes primeiros estudos, realizados nos inícios de 1900, centravam-se no conceito de “*broken homes*”. Este termo refere-se a famílias monoparentais devido ao divórcio ou à morte de um dos progenitores (Demuth e Brown, 2004; Shoemaker, 2009). Através da análise de jovens delinquentes institucionalizados, estes estudos defendiam que a probabilidade de um jovem assumir comportamentos anti-sociais era maior se ele apenas vivesse com um dos progenitores.

Shaw e McKay (1932, *cit. in* Shoemaker, 2009) contestaram esta ideia, afirmando não existir correlação entre famílias monoparentais e comportamento anti-social, argumentando que estas afirmações eram exageradas e imprecisas.

Nye (1958, *cit. in* Demuth e Brown, 2004) argumentou que a estrutura familiar, mais especificamente as famílias monoparentais, não exercia um efeito directo sobre a manifestação de comportamentos anti-sociais; mas antes, um efeito indirecto através do controlo social que apenas um progenitor exercia sobre o filho. O autor afirmou, ainda, que as crianças que experimentavam baixos níveis de controlo e supervisão parental apresentavam maior risco de se envolverem em condutas anti-sociais.

Hirschi (1969, *cit. in* Martins, 2005) diz-nos que mais importante que a estruturação ou desestruturação familiar é a qualidade da ligação afectiva que o jovem mantém com os progenitores, sendo este um dos factores decisivos para este se envolver em comportamentos anti-sociais.

A relação entre as dinâmicas familiares e o comportamento anti-social é mais consistente do que a mera relação com a estrutura familiar (Nye, 1958, *cit. in* Shoemaker, 2009). O autor expõe que as dinâmicas familiares referem-se às relações que os membros da família estabelecem entre si, que incluem padrões de disciplina, afecto, supervisão, punição/reforço e modelos parentais. Assim sendo, o problema do comportamento anti-social não reside propriamente na estrutura familiar, mas sim nas relações que se estabelecem entre os seus membros.

Relativamente aos modelos parentais de educação dos filhos, Baumrind (1967, *cit. in* Sprinthall e Collins, 1994) identificou três tipos de famílias: as autoritárias, as permissivas e as autorizadas.

Modelos Parentais	COMUNICAÇÃO	AFFECTOS	SUPERVISÃO	PUNIÇÃO/REFORÇO
FAMÍLIAS AUTORITÁRIAS	Não permitem aos filhos expressar o seu ponto de vista.	O ambiente emocional é muitas vezes frio e distante.	Progenitores rígidos e controladores, tentam ensinar aos filhos padrões perfeitos de comportamento.	Medidas punitivas e violentas para impor respeito.
FAMÍLIAS PERMISSIVAS	Fazem poucas exigências aos filhos.	Progenitores indiferentes e menos interessados nos filhos.	Tendência a utilizar a razão e a persuasão nas suas interações com os filhos.	Raramente utilizam a força ou o poder para alcançarem os seus objectivos a nível educacional.
FAMÍLIAS AUTORIZADAS <i>(Têm características comuns aos dois tipos descritos anteriormente)</i>	São sensíveis às necessidades e interesses dos filhos.	Ambiente afectivo caloroso e de aceitação.	Possuem limites e expectativas firmes no que diz respeito ao comportamento dos filhos.	Oferecem orientação aos filhos através do uso da razão e de regras. Utilizam de modo sensato as punições.

TABELA 1. Os Modelos Parentais na Educação dos Filhos

(fonte: Baumrind, 1967, *cit. in* Sprinthall e Collins, 1994)

Baumrind (1967, *cit. in* Sprinthall e Collins, 1994, p. 301) refere ainda:

“Os pais autoritários e os permissivos podem mostrar-se mais indiferentes ou menos interessados pelos filhos e, por isso, não constituem sólidos modelos de responsabilidade e de sensibilidade social para os adolescentes. De forma semelhante, os pais autorizados oferecem mais oportunidades efectivas para pôr em prática comportamentos responsáveis, permitindo gradualmente que os filhos tomem decisões, de acordo com claras linhas orientadoras, dando-lhes posteriormente, algum *feedback* sobre as escolhas”.

Os modelos parentais das famílias autorizadas, que se mostram como os mais apropriados ao desenvolvimento normativo e saudável dos jovens, expressam o seguinte tipo de comunicação entre os membros da família: 1) *auto-afirmação*, que é a responsabilidade de comunicar um ponto de vista de forma clara e precisa; 2) *independência*, que diz respeito à expressão livre e sem preconceitos de diferentes pontos de vista; 3) *permeabilidade*, que se refere à recepção das ideias dos outros membros de forma aberta; e 4) *mutualidade*, que é a sensibilidade e respeito nas interações entre os membros da família (Cooper e Grotevant, 1984, *cit. in* Sprinthall e Collins, 1994).

Cooper e Grotevant (*idem*) expõem que os adolescentes provenientes de famílias autorizadas e onde existe a liberdade de comunicação e aceitação, são capazes de se orientar positivamente no futuro, de estabelecerem relações emocionais positivas e de compreenderem melhor a perspectiva dos outros.

Assim, nas famílias em que os pais revelam atitudes emocionais positivas e uma abertura à comunicação com os filhos, estes mostram-se mais adaptados e competentes a diferentes situações extra-familiares, pois têm a capacidade de vislumbrar diferentes pontos de vista (Sprinthall e Collins, 1994).

Nye (1958, *cit. in* Gonçalves, 2008) argumenta que os pais exercem influência sobre o comportamento dos filhos através de quatro formas de controlo social: 1) *controlo interno*, que diz respeito à consciencialização das normas e regras através das práticas educativas; 2) *controlo indirecto*, que tem a ver com a identificação afectiva que os filhos têm com os pais, isto é, com o respeito e afecto que mantêm pelos progenitores; 3) *controlo directo*, que diz respeito à supervisão, restrições e castigos; e 4) *satisfação legítima das necessidades*, ou seja, quando a sociedade possibilita meios legais para o individuo satisfazer as suas necessidades de afecto, carências e reconhecimento.

Tendo em conta os argumentos de sobre o controlo social, Nunes (2010, p. 134) argumenta:

“(...) a família, as normas e, mais uma vez, o estilo relacional e os afectos, encerram ligações estreitas com a possibilidade de se vir a desenvolver um padrão comportamental desviante”.

Quando os progenitores não conseguem controlar efectivamente os filhos podem contribuir para que estes optem por comportamentos anti-sociais, pois mesmo as crianças que são conformistas e que normalmente cumprem as regras, podem desenvolver problemas de comportamento se os padrões de educação dos pais se tornam inconsistentes, demasiado severos ou ineficazes (Gottfredson e Hirschi, 1990, *cit. in* Shoemaker, 2009). Quando as famílias perdem a competência de supervisionar e controlar os comportamentos e atitudes dos filhos é evidente o aumento da probabilidade de estes se envolverem em comportamentos anti-sociais (Ferreira, 2000).

Gottfredson e Hirschi (1990, *cit. in* Shoemaker, 2009) também dão ênfase às situações em que os pais apresentam padrões anti-sociais de educação, isto é, quando eles transmitem aos filhos ideias e valores que não são socialmente correctos e admissíveis. Os autores referem ainda, que os progenitores que evidenciam condutas anti-sociais podem apresentar baixas competências parentais e usar um estilo de educação bastante punitivo, levando a comportamentos desafiantes, rebeldes, problemáticos e anti-sociais por parte dos filhos. Alguns estudos sugerem que estratégias disciplinares coercivas estão positivamente correlacionadas com os comportamentos desviantes dos jovens (Ferreira, 2000).

Os adolescentes que vivam em contextos habitacionais e sociais que sejam pautados pela marginalidade e criminalidade apresentam mais risco de evidenciarem comportamentos anti-sociais do que aqueles que vivam em contextos habitacionais caracterizados como normativos (Shoemaker, 2009).

Isto acontece porque os adolescentes que vivam nestes contextos e que assistam a estes comportamentos anti-normativos, associam tais condutas a um estilo de vida que eles mesmo ambicionam e adoptam como normal, fazendo com que os comportamentos anti-sociais sejam reconhecidos nos contextos habitacionais pautados pela marginalidade e funcionem como uma forma de reputação (*idem*).

Assim sendo, vemos que ambientes familiares disfuncionais e/ou onde os modelos parentais de comunicação, afecto, supervisão e punição não são os mais desejáveis, podem conduzir a que os adolescentes optem por comportamentos anti-sociais. Ferreira (2000, p. 67) alega:

“(...) é perfeitamente plausível admitir que estratégias relacionais familiares têm um impacto considerável na formação e desenvolvimento das orientações normativas dos jovens, podendo constituir um elemento decisivo de escolha entre percursos e modelos conformistas ou não conformistas”.

Hirschi (1969, *cit. in* Dias e Andrade, 1997) propõe a *Teoria do Vínculo Social* que explica que o comportamento anti-social deve-se ao rompimento ou enfraquecimento do vínculo que o indivíduo tem com a sociedade, ou seja, quando este vínculo ou laço com a sociedade se enfraquece o jovem tem mais probabilidades de se envolver em condutas anti-sociais. O autor propõe quatro conceitos para explicar este enfraquecimento do vínculo social: 1) o *apego*, que é o conjunto dos laços emocionais que o jovem estabelece com os outros, neste caso com os pais e grupos de pares; 2) o *compromisso*, que tem a ver com o grau de comprometimento com alguma actividade da sociedade, que nos jovens assume o papel da escola; 3) o *envolvimento*, que é semelhante ao conceito anterior e que se refere à participação dos jovens em actividades convencionais; e 4) as *crenças*, que dizem respeito à convicção dos jovens em normas e valores sociais, sendo que quanto maiores essas crenças, menores as probabilidades de o jovem se envolver em comportamentos anti-sociais.

Segundo Akers (1997, *cit. in* Martins, 2005) as probabilidades de um jovem apresentar comportamentos anti-sociais são diminutas se este mostrar apego aos pais, que passa primeiramente pela supervisão parental, pela boa comunicação e pelas boas relações que o jovem mantém com os progenitores. Se o jovem mostrar compromisso e envolvimento com a escola e com os valores e crenças socialmente dominantes é pouco provável que ele se envolva em condutas anti-sociais.

Martins (2005, p. 107) conclui:

“De um modo geral poder-se-á dizer então, que a família surge como uma variável que vai incidir sobre o comportamento desviante, surgindo como o grupo de referência primeiro, o qual vai transmitir ao sujeito um conjunto de normas e valores, para além de modelos de comportamento”.

Assim vemos que a família assume grande importância no desenvolvimento dos jovens, na medida em que é no seio desta que se estabelecem as primeiras relações e que se transmitem os valores e normas fundamentais para a vida em sociedade. Quando

esta primeira instância falha no processo de desenvolvimento de competências essenciais, o percurso e o desenvolvimento social dos jovens fica comprometido.

1.2. O Grupo de Pares

No que concerne à influência do grupo de pares que aquando da adolescência se torna mais evidente e marcante nos jovens do que a influência da família, Ferreira (2000, p. 919) defende:

“O processo de maturação implica uma desvinculação progressiva dos laços familiares baseados na infância. A diminuição da influência da família é compensada pela procura de relações alternativas e pela redefinição do lugar do adolescente no círculo mais amplo das relações com os outros”.

Assim vemos que a influência do grupo de pares durante a adolescência torna-se mais vincada e importante do que a influência da família (DeMatteo e Marczyk, 2005).

Aseltine (1995, *cit. in* Matos, Negreiros, Simões e Gaspar, 2009, p. 40) afirma que o grupo de pares assume-se como a “primeira grande fonte de influência no comportamento dos jovens” e que a família deixa de ter o poder de supervisão e vinculação quando os adolescentes começam a assumir comportamentos anti-sociais.

Tendo em conta a influência que o grupo de pares tem no jovem, é-nos possível caracterizar esta influência em dois tipos: *informal* e *normativa* (Deutsch e Gerard, 1995, *cit. in* Sprinthall e Collins, 1994). A *influência informal* diz-nos que o grupo de pares funciona como uma fonte de conhecimento sobre os padrões comportamentais, atitudes e valores. A *influência normativa* diz-nos que o grupo de pares exerce pressão social de modo a que os jovens adotem os padrões comportamentais seguidos pelo grupo. Se por um lado o grupo de pares serve como transmissor de comportamentos e valores, por outro lado ele influencia o jovem a seguir o mesmo padrão comportamental. Isto acontece no grupo de pares quer normativo, quer anti-normativo.

Existem dois modelos teóricos que podem explicar a influência do grupo de pares no comportamento anti-social, sendo eles o *Modelo de Influência dos Pares* e o *Modelo das Características Individuais*, propostos por Vitarro e colaboradores (1997, *cit. in Matos et al., 2009*). O primeiro modelo assume o grupo de pares como causa do comportamento anti-social, sendo que quando os pais não conseguem controlar os filhos estes associam-se a pares desviantes, tendo como consequência o comportamento anti-social. O segundo modelo assume que os pares não exercem grande influência e que quando já se evidenciam comportamentos disruptivos nas crianças, estas tendem a cometer actos desviantes e consequentemente a associarem-se com pares anti-normativos.

Braconnier e Marcelli (2000, *cit. in Matos et al., 2009*, p. 103) argumentam:

“(…) os grupos representam um meio de troca de várias informações que cada um pode ter recolhido em situações familiares, em actividades de tempos livres ou através de interesses individuais, tendo então a oportunidade de as transmitir aos seus pares. Esta adesão ao grupo permite que o adolescente se sinta integrado na sociedade e em particular no grupo de pares”.

Uma das teorias que explica a relação entre comportamento anti-social e grupo de pares é a *Teoria da Associação Diferencial* de Sutherland e Cressey (1970, *cit. in Gonçalves, 2008*), expressa em nove premissas: 1) o comportamento criminoso é aprendido; 2) a aprendizagem deste tipo de comportamento é feita através de processos de comunicação; 3) esta aprendizagem é realizada no seio de grupos de pares íntimos; 4) esta aprendizagem é feita através de motivos, racionalizações, atitudes, comportamentos e técnicas; 5) estes motivos e impulsos são aprendidos através de definições existentes nos códigos legais, vistos como sendo favoráveis ou desfavoráveis; 6) a delinquência é resultado de um excesso de definições desfavoráveis à lei; 7) a associação diferencial varia em frequência, duração, prioridade e intensidade; 8) os mecanismos de aprendizagem encontram-se em qualquer outro processo de aprendizagem; 9) o comportamento criminoso é a expressão de valores, atitudes e necessidades.

Assim, vemos que é no grupo de pares que os adolescentes aprendem e aprendem os comportamentos anti-sociais, se associam com outros que partilham os mesmos objectivos e acabam por aperfeiçoar esses comportamentos, através de uma

partilha de ideias, valores e atitudes; ou seja, é no seio do grupo de pares íntimos que os comportamentos anti-sociais são assimilados, num processo de aprendizagem.

Bandura (1986, *cit. in* Feist e Feist, 2006) diz-nos através da *Teoria da Aprendizagem Social* que os seres humanos são bastantes flexíveis e capazes de aprender uma infinidade de atitudes, competências e comportamentos, sendo que uma parte dessa aprendizagem é resultado das experiências que têm com os outros. Martins (2005, p. 51) sustenta que esta teoria:

“(...) parte do princípio que a conduta dos sujeitos resulta de processos interactivos entre os determinantes pessoais e situacionais sendo que a aprendizagem só poderá ser entendida a partir de dois mecanismos importantes ou seja através das consequências das respostas, com os seus efeitos positivos ou negativos, e a partir dos modelos que implicam uma aprendizagem vicariante”.

Estas teorias acima referidas procuram destacar a importância da associação com outros para explicar os comportamentos anti-sociais, assim sendo, estes problemas são resultado de uma aprendizagem social que os jovens mantêm com o grupo de pares (Martins, 2005).

Em suma, o grupo de pares assume especial importância na adolescência, até mais do que a influência da família. Assim, vemos que quando um jovem se junta a um grupo de pares anti-normativo, é no seio deste grupo e das relações que aí se estabelecem, que ele vai adquirir a experiência e os recursos necessários para continuar com esses comportamentos anti-sociais.

Vitaro, Brendgen e Tremblay (2000, *cit. in* Matos *et al.*, 2009, p. 103) argumentam:

“(...) as amizades que os jovens com problemas de comportamento estabelecem são, na sua maioria, baseadas numa mútua atracção por indivíduos com comportamentos anti-sociais”.

1.3. A Escola

A escola é o lugar privilegiado onde os adolescentes entram em contacto com outros jovens e estabelecem relação com grupos de pares, com os quais partilham os mesmos objectivos e interesses.

No que diz respeito ao papel da escola, Matos *et al.* (2009, p. 28) assumem:

“A escola é referida como responsável pela transmissão de normas e padrões comportamentais. Na sociedade actual, a escola desempenha um papel determinante no processo de socialização e aprendizagem das crianças e dos adolescentes”.

Gonçalves (2008, p. 82) argumenta:

“(…) parece inequívoco o papel que a escola assume, quer como cenário propiciador ao aparecimento de vários problemas comportamentais de relacionamento social do sujeito com os seus pares e com a noção de autoridade personificada no professor quer onde se manifestam as primeiras dificuldades de aprendizagem, sejam elas os conteúdos escolares ou normas e regras de conduta em grupo”.

O fraco envolvimento e o insucesso escolar são descritos na bibliografia como um preditor do comportamento anti-social (Shoemaker, 2009). Devido a estes factores, os jovens acabam por abandonar precocemente a escola, o que culmina necessariamente numa forma de exclusão social (Cunha e Cardoso, 2004).

Cunha e Cardoso (*idem*) afirmam que os pais dos jovens que abandonam a escola têm um nível de escolaridade inferior ao dos pais dos jovens que prosseguem os estudos, o que pode sugerir que os jovens que abandonam o sistema escolar não tem acompanhamento a este nível, nem são incentivados ao estudo, pois os próprios progenitores não desenvolvem nos filhos um sentido de responsabilidade para a educação.

Vários são os problemas que os jovens com comportamentos anti-sociais apresentam em contexto escolar, entre eles, a agressividade, a indisciplina, o desinteresse pelas actividades escolares e as sucessivas retenções (Matos *et al.*, 2009; Shoemaker, 2009).

Matos *et al.* (2009) expõe que a violência em contexto escolar pode ser devida ao fraco envolvimento e sucesso escolar que estes jovens apresentam, e é dirigida a vários intervenientes, entre eles, alunos, professores, auxiliares à educação e a comunidade envolvente à escola. Sebastião, Alves e Campos (2003, p. 47) assumem que a violência é pré-existente à escola, sendo que “existe uma inevitabilidade na reprodução da violência contextual em violência escolar”, sendo que os autores expõem, ainda, que os alunos mais violentos são aqueles que apresentam maior insucesso escolar.

No que diz respeito à indisciplina escolar, Amando (1998, *cit. in* Sebastião *et al.*, 2003) expõe que esta pode-se fazer notar em três aspectos fundamentais: 1) no desvio às regras e normas escolares, 2) nos conflitos interpessoais, e 3) nos conflitos existentes entre professor-aluno.

De acordo com Correia e Matos (2003, p. 27):

“(…) a indisciplina já não é uma questão comportamental; ela tornou-se para grupos consideráveis da população escolar uma forma social de expressão, um modo de existência, uma cultura, uma cultura dominante no interior dessas camadas. Nessa dimensão, atitudes, linguagens, gestos e comportamentos típicos desses grupos, ainda que absolutamente impróprios quando encarados à luz dos padrões da escola, são, apesar de tudo, muito próprios para exprimir as culturas e formas de vida das camadas a que pertencem os respectivos actores”.

Barroso (2003, p. 67) assume:

“A disciplina constitui um modo de imposição da ordem escolar e a indisciplina constitui a reacção negativa a essa imposição. Neste sentido, a disciplina e a indisciplina são, de igual modo, intrinsecamente violentas. A primeira (disciplina) por imperativo da imposição, a segunda (indisciplina) por necessidade de contestação”.

A escola surge como instância socializadora e transmissora de valores, no entanto, os jovens que apresentam comportamentos anti-sociais tendem a não valorizar esta Instituição e acabam por se desmotivar e se desinteressar pelo seu percurso académico. Este desinteresse face à escola culmina necessariamente numa forma de exclusão social, pois os jovens acabam por não adquirir as competências necessárias para ter um percurso profissional favorável e qualificado.

Nunes (2010, p. 128) argumenta:

“Na escola, como na família, também se encontram inúmeros aspectos com determinância na forma como se processa a socialização, com inegáveis consequências para o futuro comportamento dos indivíduos, nomeadamente, para a possível manifestação de condutas criminosas”.

Relativamente à violência em contexto escolar Matos *et al.* (2009, p. 28) afirmam:

“A violência em contexto escolar poderá estar associada, por um lado, ao aumento da escolaridade obrigatória, o que prolonga a permanência dos jovens na escola, e, por outro lado, à inadequação do ensino às diferentes culturas, expectativas, motivações e competências dos alunos. A agressividade pode surgir como uma resposta a um fraco envolvimento e sucesso escolar”.

2. Os Factores de Risco e de Protecção do Comportamento Anti-Social

No presente subcapítulo pretende-se compreender e analisar os factores de risco e os factores de protecção que podem conduzir ou inibir um jovem de apresentar comportamentos anti-sociais.

Os factores de risco dizem respeito aos factores que aumentam a probabilidade de um jovem se envolver em condutas anti-sociais (Matos *et al.*, 2009). DeMatteo e Marczyk (2005) definem factores de risco como influências internas ou externas ou condições que são associadas a um resultado negativo; e factores de protecção como influências internas ou externas ou condições que diminuem a probabilidade de um resultado negativo ou que aumentam a probabilidade de um resultado positivo.

Os factores de risco e os factores de protecção podem-se englobar em cinco categorias: os individuais, os familiares, os do grupo de pares, os escolares e os comunitários (Carroll, Houghton, Durkin e Hattie, 2009). De seguida passa-se a explicar cada um destes factores para compreender qual a sua influência, de forma a ser possível estruturar um projecto de prevenção relativo ao comportamento anti-social.

2.1. Os Factores de Risco do Comportamento Anti-Social

Os factores de risco individuais dizem respeito a factores que colocam os jovens em risco de apresentarem comportamentos anti-sociais. São factores intrínsecos ao sujeito e podem-se dividir em três subcategorias: os factores psicossociais, os factores físicos e os factores comportamentais (Carroll *et al.*, 2009). Os autores focam com maior ênfase, nos factores individuais, as baixas competências sociais como, por exemplo, de resolução de conflitos, a falta de empatia, as dificuldades de aprendizagem, os problemas de atenção, os baixos níveis de auto-controlo, os problemas disruptivos e a impulsividade (*idem*).

Barratt e Patton (1983, *cit. in* Komarovskaya, Loper e Warren, 2007) descrevem impulsividade como sendo a predisposição para reacções rápidas e não planeadas a

estímulos internos ou externos, sem pensar nas consequências negativas que podem advir desses comportamentos.

Whiteside e Lynam (2001, *cit. in* Komarovskaya *et al.*, 2007) identificaram quatro aspectos da personalidade concebidos como vias para o comportamento impulsivo: 1) a *urgência*, que se refere à tendência de experienciar impulsos fortes, frequentemente sob condições de afectos negativos; 2) a *falta de premeditação*, que diz respeito à tendência para não pensar e não reflectir sobre as consequências de um acto antes de este acontecer; 3) a *falta de perseverança*, que é entendida como a falta de capacidade do indivíduo em se manter focado numa tarefa aborrecida ou difícil; e 4) a *procura de sensações*, que é caracterizada como a tendência para apreciar e desenvolver actividades emocionantes e para procurar novas experiências que podem ser, ou não, perigosas.

Pode-se afirmar que impulsividade tem sido apontada como preditor do comportamento anti-social, sendo que um estilo de personalidade impulsivo leva a este tipo de comportamento ao longo da vida, através de uma variedade de interações pessoais e sociais. O baixo auto-controlo é, também, sugerido como a característica individual que explica a probabilidade dos indivíduos se envolverem em comportamentos anti-sociais (Moffitt, Caspia, Harrington e Milne, 2002; Moffitt, 1993; Hirschi e Gottfredson, 1994, *cit in*. Komarovskaya *et al.*, 2007).

De acordo com Lahey, Waldman e McBurnett (1999, *cit. in* Matos *et al.*, 2009) os factores de risco individuais do comportamento anti-social podem assumir três vertentes: 1) a oposição, que é a característica que mais contribui para o comportamento anti-social, sendo definida como a não-aceitação das regras impostas e dos valores sociais; 2) o evitamento do prejuízo, ou seja quando o jovem nega ou não assume os danos que causou; e 3) a frieza, que diz respeito à falta de empatia pelos outros e em casos mais extremos os jovens podem mesmo sentir prazer ao dominar, intimidar e magoar os outros.

FACTORES DE RISCO INDIVIDUAIS		
Factores Psicossociais	Factores Físicos	Factores Comportamentais
✗ Baixa auto-estima	✗ Falta de saúde ou doença	✗ Baixa inibição comportamental
✗ Baixa motivação	✗ Baixo peso à nascença	✗ Impulsividade
✗ Desenvolvimento cognitivo pobre	✗ Baixo nível de excitação do sistema nervoso central e autónomo	✗ Hiperactividade
✗ Baixa inteligência		✗ Comportamentos ofensivos
✗ Poucas competências sociais	✗ Ser do sexo masculino	✗ Uso/abuso de substâncias
✗ Pouco vínculo com a família		✗ Baixo rendimento escolar
✗ Comportamento anti-social precoce		✗ Baixas aspirações académicas
✗ Psicopatologia		✗ Absentismo escolar precoce
		✗ Expulsões e suspensões escolares
		✗ Isolamento social

TABELA 2. Factores de Risco Individuais do Comportamento Anti-Social

(fonte: Carroll *et al.*, 2009, p. 4)

Os factores de risco familiares dizem respeito às relações que os jovens mantêm com a família e a forma como esta se organiza face às diversas problemáticas familiares. Estes factores podem-se dividir em três subcategorias: a estrutura familiar, o funcionamento familiar e o estatuto socioeconómico da família (Carroll *et al.*, 2009).

FACTORES DE RISCO FAMILIARES		
Estrutura Familiar	Funcionamento Familiar	Estatuto Socioeconómico
✗ Estruturas familiares fragmentadas e reconstituídas	✗ Pobres práticas de gestão familiar (supervisão e controlo)	✗ Baixo rendimento dos pais
✗ Grande número de elementos familiares	✗ Relações conflituosas entre pais e filhos	✗ Baixa escolaridade dos pais
✗ Separação da família	✗ Abuso na infância, negligência ou violência familiar	✗ Desemprego dos pais
	✗ Exposição a modelos de comportamento desviante	
	✗ Alta mobilidade	
	✗ Desorganização familiar	
	✗ Psicopatologia dos progenitores	

TABELA 3. Factores de Risco Familiares do Comportamento Anti-Social

(fonte: Carroll *et al.*, 2009, p. 4)

Os factores de risco do grupo de pares indicam que a associação com pares desviantes pode contribuir para um comportamento anti-social (Carrol *et al.*, 2009). Os adolescentes que mantêm relações negativas com os outros tendem a demonstrar níveis mais elevados de comportamentos anti-sociais, sendo que os adolescentes que mantêm relações com grupos de pares desviantes têm maior probabilidade de se iniciarem em tais tipos de comportamentos. (DeMatteo e Marczyk, 2005).

Os factores de risco escolares podem dividir-se em três subcategorias: a organização escolar, o currículo e o clima escolar (Carrol *et al.*, 2009).

FACTORES DE RISCO ESCOLARES		
Organização Escolar	Currículo	Clima Escolar
<ul style="list-style-type: none"> × Políticas e práticas escolares rígidas × Disciplina repressiva × Falta de incentivo contra o abandono escolar e barreiras à reentrada na escola × Turmas com grande número de alunos × Escolas grandes e sem subestruturas 	<ul style="list-style-type: none"> × Conteúdo académico pouco estimulante × Nenhuma participação do jovem na tomada de decisões × Ensino e aprendizagem passivos × Avaliações rígidas 	<ul style="list-style-type: none"> × Pouco suporte da cultura escolar × Relações negativas entre professores e alunos × Ausência de conselheiros escolares × Falta de participação dos alunos × Relações negativas entre família e escola × Profissionais escolares com poucas competências

TABELA 4. Factores de Risco Escolares do Comportamento Anti-Social

(fonte: Carroll *et al.*, 2009, p. 4)

Os factores de risco comunitários dizem respeito às condições da sociedade envolvente do jovem, tais como, a pobreza extrema, a existência de normas favoráveis ao comportamento anti-social, a desorganização comunitária e zonas degradadas, a elevada taxa de criminalidade, o acesso fácil a armas, a grande concentração de grupos de pares delinquentes e a existência de minorias étnicas (Carrol *et al.*, 2009).

Carrol *et al.* (*idem*) afirmam que o acumular de factores de risco, e as interacções entre eles, aumentam a probabilidade de um jovem enveredar por um estilo de vida anti-social.

2.2. Os Factores de Protecção do Comportamento Anti-Social

Os factores de protecção do comportamento anti-social são factores que inibem os jovens de se envolverem neste tipo de condutas, são factores que acabam por ter um efeito positivo no jovem e quando ele evidencia tais características, a probabilidade de se envolver em condutas e comportamentos anti-sociais é diminuta. Os factores de protecção, como anteriormente referido, englobam-se em cinco categorias: os factores individuais, os familiares, os do grupo de pares, os escolares e os comunitários (Carrol *et al.*, 2009).

Relativamente aos factores de protecção individuais do comportamento anti-social, Carrol *et al.* (*idem*) assumem que um jovem que evidencie inteligência elevada, existência de pensamento abstracto, capacidade de premeditação, elevada auto-estima, elevadas competências sociais e de resolução de problemas, bem como autonomia, tem menores probabilidades de enveredar por um estilo de vida anti-social.

No que concerne aos factores familiares, a coesão familiar, a ligação afectiva aos progenitores, a existência de laços pró-sociais com a família, a existência de valores, a afectividade e o apoio emocional entre os membros da família, bem como as normas e regras familiares pró-sociais são descritos inibidores do comportamento anti-social (*ibidem*).

No que respeita aos factores de protecção do grupo de pares, é de referir que a ligação a grupos de pares normativos, a crença em valores pró-sociais e o envolvimento em actividades pró-sociais são descritos como factores que diminuem a probabilidade dos jovens apresentarem comportamentos anti-sociais (DeMatteo e Marczyk, 2005; Carrol *et al.*, 2009).

Relativamente aos factores de protecção escolares, Carrol *et al.* (2009) referem que a participação na escola e a crença nos valores escolares, a ligação afectiva à escola, as elevadas expectativas, o apoio e o carinho dos professores, o estabelecimento de regras claras e o envolvimento de todos os alunos nas actividades são factores que diminuem a probabilidade dos jovens apresentarem condutas anti-sociais.

A participação em actividades extracurriculares estruturadas pode ter um efeito de redução do risco, sendo que pode proporcionar aos adolescentes um sentimento de conquista e de ocupação do tempo livre, que de outra forma seria ocupado com actividades anti-sociais (DeMatteo e Marczyk, 2005).

No que diz respeito aos factores comunitários, Carrol *et al.* (2009) assumem que a coesão social, o envolvimento com membros pró-sociais de uma comunidade, o apoio externo e a disponibilidade de recursos são factores de protecção do comportamento anti-social.

PARTE EMPÍRICA

PARTE II – METODOLOGIA

O comportamento violento na adolescência tem sido amplamente estudado por várias disciplinas incluindo a Psicologia, Psiquiatria, Criminologia e Sociologia (Borduin & Schaeffer, 1998). No entanto, verifica-se uma lacuna na elaboração de projectos de intervenção nesta matéria. Assim, é nosso propósito elaborar um projecto de intervenção que incida sobre uma prevenção secundária ao nível dos comportamentos anti-sociais evidenciados pelos adolescentes em estudo. Iremos, assim começar por apresentar o método e as técnicas utilizadas, no entanto ao longo do projecto de intervenção serão abordadas em pormenor todas as características do mesmo.

Assim, o objectivo geral do presente projecto de intervenção prende-se com a redução do número de casos de comportamentos anti-sociais nos jovens que frequentam o ensino secundário numa escola secundária do concelho de Vila Nova de Gaia.

Tendo por base que a escolha da metodologia deve ter em consideração o carácter da investigação, o seu objecto, o investigador e a sua perspectiva quanto à realidade, a nossa escolha só poderia incidir numa metodologia qualitativa. De acordo com Dewey (1938, *cit. in* Esteves, 2001, p. 254):

“A investigação é a transformação controlada ou directa de uma situação indeterminada numa outra que seja totalmente determinada, nas suas distinções e relações constitutivas, a ponto de converter os elementos da situação originária num todo unificado (...) esta indeterminação transforma-se em problema, entre outros processos, sob a acção discursiva adequada, desencadeando a necessidade de investigar a situação-problema com vista a uma solução tal que configure uma nova situação relativamente mais determinada.

Recorremos à técnica de investigação-acção, a hipótese equivale ao projecto, que visa solucionar o problema inicialmente identificado, no caso do presente projecto de investigação o problema traduz-se nos comportamentos anti-sociais apresentados pelos adolescentes (Esteves, 2001).

Dewey (1938, *cit. in* Esteves, 2001, p. 255) argumenta:

“(…) qualquer situação submetida à investigação é analisada em dois níveis, interligados e imprescindíveis: o nível dos fins alternativos que possam constituir a sua solução e o nível das operações a realizar com vista àqueles”.

Quanto aos participantes, o presente projecto visa ser aplicado a grupos de dez adolescentes que apresentem características do comportamento anti-social, com idade compreendida entre os 11 e os 15 anos. Poderão integrar este projecto os adolescentes que residam em Vila Nova de Gaia e que frequentem uma Escola Secundária do mesmo Concelho.

Relativamente aos procedimentos que foram efectuados para a realização do projecto de intervenção, foi solicitada autorização à CPCJ de Vila Nova de Gaia Sul para a consecução do presente estudo, através de um requerimento no qual constavam os objectivos do projecto e da investigação, os instrumentos a utilizar, garantindo a confidencialidade da consulta dos processos e do uso dos mesmos. Foi, igualmente, pedida autorização à Informante-Chave para a realização da entrevista. Todas as autorizações, bem como a recolha de informação processual foram realizadas entre Fevereiro e Maio de 2011.

Seguidamente segue-se a planificação do projecto de intervenção desenvolvido através dos seguintes passos: descrição do programa de intervenção, avaliação de necessidades, descrição da população, objectivos da intervenção, técnicas e estratégias utilizadas, cronograma, orçamento e análise crítica do programa.

3. Descrição do Programa de Intervenção

Este programa de intervenção visa fazer uma prevenção secundária ao nível dos comportamentos anti-sociais dos jovens. Como o presente projecto de graduação foi realizado dentro do âmbito do Estágio Curricular da Licenciatura em Criminologia, o local geográfico da intervenção será uma Escola Secundária em Vila Nova de Gaia. Para tal é necessário, como referem Matos *et al.* (2009), identificar os adolescentes que se encontram numa situação de risco de se envolverem em condutas anti-sociais e

aqueles que já apresentam tais comportamentos. A identificação dos adolescentes é feita tendo em conta os factores de risco que estes apresentam.

Este projecto de intervenção será feito a nível de uma prevenção secundária. Matos *et al.* (2009, p. 86) argumentam:

“A intervenção secundária ocorre quando o problema já teve lugar e tem como objectivo primordial reduzir a taxa de problemas psicológicos e educacionais da população e impedir a evolução de processos de desajustamento psicológico e educacional, detectados numa fase precoce”.

Bailey e Scott (2008) referem que os programas direccionados para as necessidades pessoais dos jovens, como, por exemplo, a realização académica, a promoção da auto-estima e dos afectos, são mais eficazes do que aqueles programas que não são direccionados nesta vertente. Bem como, aqueles programas que tem como objectivo o desenvolvimento de métodos comportamentais como, por exemplo, o *role play* (isto é, a encenação de comportamentos) e a modelagem, têm efeitos maiores do que aqueles que não incluem estes métodos. Os autores argumentam, ainda, que os programas de prevenção dos comportamentos anti-sociais devem centrar-se nas competências pessoais e no grupo de pares, bem como promover a comunicação entre os membros da família, aumentar o auto-controlo, as competências para a resolução de problemas e a identificação de modelos comportamentais positivos e socialmente aceites.

McGuire e Priestly (1995, *cit. in* Bailey e Scott, 2008) propuseram seis princípios para se construírem programas eficazes: 1) a intensidade dos programas deve corresponder ao grau de risco apresentado pelo jovem; 2) os programas devem-se focar na colaboração activa dos jovens; 3) deve existir uma estreita integração do programa com a comunidade envolvente ao jovem; 4) os programas devem dar ênfase às abordagens comportamentais ou cognitivas; 5) os técnicos devem ter formação adequada; e 6) os programas devem-se focar nas causas do comportamento anti-social.

Henggeler e colaboradores (1999, *cit. in* Bailey e Scott, 2008) desenvolveram a *Terapia Multisistémica*, na qual estão implícitos nove princípios de tratamento e de avaliação dos programas: 1) uma avaliação deve ser feita para determinar o ajuste entre

os problemas que os jovens evidenciam e o ambiente em geral, sendo que as dificuldades são entendidas como uma reacção a um contexto específico e não necessariamente entendidas como défices intrínsecos ao jovem; 2) a avaliação deve identificar os pontos fortes do jovem, por exemplo, as competências e habilidades que este apresenta, bem como as da família, as do grupo de pares e as da escola; 3) as intervenções devem ser orientadas para a promoção de um comportamento responsável; 4) as intervenções devem-se focar no presente e são orientadas para acção, com metas bem específicas; 5) as intervenções têm como alvo múltiplos sistemas que mantêm os problemas; 6) as intervenções devem ser adequadas ao desenvolvimento pessoal do jovem; 7) as intervenções requerem um esforço diário ou semanal, que permita a prática frequente de novas habilidades e competências; 8) a eficácia da intervenção é avaliada continuamente tendo em conta múltiplas perspectivas; e 9) as intervenções devem ser destinadas para a promoção geral do tratamento, ou seja, devem atender as necessidades dos jovens em múltiplos contextos das suas vidas.

4. Avaliação de Necessidades

A avaliação de necessidades têm como objectivo determinar as necessidades e potencialidades dos jovens com comportamento anti-social, determinar qual a abordagem adequada ao seu tratamento e quais os critérios para a avaliação da eficácia do programa (Menezes, 2007). Esta avaliação centra-se, assim, na questão problemática e nas suas dimensões, para melhor compreender o que é o comportamento anti-social, de modo a possibilitar um programa de intervenção que satisfaça de forma adequada as necessidades e as potencialidades deste grupo específico, bem como a definição dos critérios para a avaliação da eficácia do programa.

Percebendo as necessidades dos jovens que apresentam comportamentos anti-sociais é possível definir de forma concreta e específica os objectivos da intervenção e os critérios de sucesso, tendo sempre em conta a necessidade de estabelecer prioridades, ou seja, de descrever a progressão temporal do respectivo programa. O conhecimento e a avaliação da problemática do comportamento anti-social possibilitam a tomada de decisões e a atribuição dos recursos técnicos, humanos e económicos (Vidal, 1996).

Os métodos utilizados para a recolha de informação relativa à avaliação de necessidades foram a entrevista a uma Informante-Chave e a análise de alguns dos Processos de Promoção e Protecção da CPCJ de Vila Nova de Gaia Sul.

4.1. Análise da Entrevista à Informante-Chave

Realizou-se uma entrevista semi-estrutura (ver Anexo I) a uma Informante-Chave, nomeadamente uma Professora Responsável pelo Gabinete de Mediação de Conflitos de uma Escola Secundária em Vila Nova de Gaia. A entrevista foi realizada no dia 18 de Maio de 2011, nas instalações da referida CPCJ e teve a duração aproximada de uma hora e trinta minutos. No início da entrevista a Informante-Chave assinou a Declaração de Consentimento (ver Anexo II). Segue-se a análise da entrevista, tendo em conta a transcrição da mesma (ver Anexo III).

De acordo com as informações prestadas pela Informante-Chave, nesta Escola Secundária nunca foi implementado um projecto especificamente direccionado para a temática do comportamento anti-social.

Relativamente aos principais problemas existentes nesta escola, a Informante-Chave refere a indisciplina como o maior problema, sendo que “na generalidade, os alunos não estão habituados a acatar ordens, quando digo habituados refiro-me ao próprio ambiente familiar, onde não existem regras definidas, nem obediência aos pais”. Vemos também que estes problemas de indisciplina acabam por culminar noutros problemas, mais concretamente no insucesso escolar. Como refere a Informante-Chave “também existem comportamentos violentos, embora muito pontuais (...) também existem suspeitas de consumos de drogas”, sendo que existem cada vez mais alunos com processos disciplinares.

Quando questionada acerca dos possíveis factores de risco que podem levar os jovens a apresentarem comportamentos anti-sociais, a Informante-Chave considera que a família é o grande factor de risco e em alguns casos a ausência total dela, referindo “as famílias, na generalidade desta área geográfica, são famílias de nível económico baixo e

então a nível sociocultural revelam uma quase total ausência de valores éticos”, sendo que “as famílias têm vivências muito agressivas que os alunos interiorizam e transportam para o espaço escola, como por exemplo, uma linguagem desajustada”. Também é referida a tendência destes jovens em integrarem-se com outros grupos já mais estruturados e que partilham os mesmos objectivos. Quanto aos factores de protecção a Informante-Chave expõe “teria que ser necessariamente as famílias, mas para colmatar essa falha é a escola que tende a ocupá-los, integrando-os em diversos grupos de actividades extra-curriculares”.

Um dos recursos humanos que poderia ser directamente envolvido no projecto é o Gabinete de Mediação de Conflitos, que é “um espaço onde o aluno quando vive situações de conflito com o outro, que inclusive pode ser um professor, se recorre deste espaço para poder ultrapassar os objectos de conflitos, que às vezes são simples, mas que por incapacidade de dialogar, precisam de um terceiro elemento que é o intercessor”. Os Professores responsáveis por este Gabinete poderiam identificar os alunos que apresentam comportamentos anti-sociais e encaminhá-los para o presente projecto de intervenção.

A principal necessidade sentida por esta comunidade escolar, para além da necessidade de existirem mais técnicos especializados que possam lidar com os diferentes comportamentos problemáticos dos jovens, é a “maior responsabilização dos Encarregados de Educação no acompanhamento dos filhos e não tanto os professores, porque hoje tudo é exigido ao professor, ele é o responsável pelas faltas e pelo aproveitamento do aluno, sendo que esta responsabilidade devia recair sobre os pais”.

Quando questionada acerca da disponibilidade e vontade dos alunos aderirem a este tipo de projecto, a Informante-Chave refere “eu creio que sim, muito sinceramente acho que os alunos estão receptivos a coisas boas, só não são bons porque não lhe é dada essa oportunidade”.

4.2. Análise dos Processos de Promoção e Protecção

No decorrer do Estágio Curricular foi possível ter acesso aos vários Processos de Promoção e Protecção que decorrem no âmbito da CPCJ de Vila Nova de Gaia Sul (ver Anexo IV), sendo que são cada vez mais os adolescentes que apresentam comportamentos anti-sociais, tais como, agressividade, indisciplina, absentismo escolar, consumo de estupefacientes, desobediência a regras e pequenos delitos, por exemplo, furto e vandalismo. A amostra dos processos é constituída por onze elementos, dos quais nove são do sexo masculino e dois do sexo feminino. À data de abertura dos processos, os menores tinham idades compreendidas entre os dez e os quinze anos.

Foram analisadas as características pessoais dos jovens, bem como o contexto familiar, social e escolar, através do registo escrito das informações que constam nos Processos de Promoção e Protecção. É de referir que em todos os processos é garantida a confidencialidade dos mesmos, sendo impossível identificar os menores, bem como as suas famílias.

No que concerne às características pessoais, numa linha geral, pode-se observar que estes os jovens apresentam diversos problemas comportamentais, tais como, comportamento agressivo, impulsivo e desviante. Pode-se dizer que estes jovens, acompanhados em Processo de Promoção e Protecção, apresentam dificuldades na relação interpessoal, baixa tolerância à frustração, dificuldades de concentração, uma postura desafiante e desrespeitosa, que culmina necessariamente na não obediência a normas e regras estabelecidas, falta de controlo emocional, falta de reflexão nas consequências dos actos que manifestam, desrespeito face às figuras de autoridade, dificuldades em lidar com a ansiedade e com o stress e o uso de linguagem verbal e gestual desadequada.

Relativamente ao contexto familiar e social, dos onze processos analisados, em termos de composição das famílias, temos que seis vivem numa família nuclear, dois numa família alargada, um numa família monoparental, um numa família reconstituída e um está em situação de institucionalização.

De uma forma geral, os progenitores destes jovens vivem em situações de precariedade social, laboral e habitacional, sendo o seu nível escolar baixo. Vemos que existem algumas situações de desemprego ou de um emprego pouco qualificado, sendo que algumas famílias são beneficiárias do Rendimento Social de Inserção. Alguns elementos destas famílias apresentam problemas de alcoolismo o que agrava a situação familiar e social do menor.

Tem-se igualmente que os pais destes jovens não conseguem controlar os problemas comportamentais dos filhos, sentem-se impotentes face a estes, sendo que muitas vezes atribuem a causa destes comportamentos ao grupo de pares com os quais os filhos mantêm relações.

Algumas famílias apresentam uma postura face à educação bastante permissiva e uma das famílias é bastante autoritária. Vemos que o grande problema sentido em contexto familiar é a desobediência dos filhos, as agressões verbais e físicas, bem como, a incapacidade dos progenitores em manter a autoridade e a disciplina.

Relativamente ao contexto escolar, a maior parte dos jovens apresenta pelo menos uma retenção. Estes jovens em contexto escolar são bastante agressivos, indisciplinados, desmotivados e desinteressados pelas actividades escolares. Não cumprem as regras previamente estabelecidas, têm processos e suspensões disciplinares e apresentam problemas comportamentais. Pode-se dizer que em contexto escolar evidenciam falta de auto-controlo, problemas de concentração e falta de métodos de estudo. Estes jovens são caracterizados como sendo perturbadores do bom funcionamento em sala de aula, devido aos conflitos verbais e físicos que mantêm com os outros. Estes problemas podem culminar em situações de absentismo escolar.

No fim da avaliação de necessidades, foi elaborado um relatório tendo em conta todos os dados obtidos com a realização da entrevista e da análise dos processos de promoção e protecção. No Relatório da Avaliação de Necessidades consta o alvo e o objectivo da avaliação, bem como os métodos utilizados para a recolha de informação, sendo que se explica de forma sucinta os problemas, as necessidades e os factores de risco e de protecção que se encontraram (ver Anexo V).

5. Descrição da População

O presente projecto de intervenção visa ser aplicado a adolescentes que evidenciem características do comportamento anti-social e que apresentem pelo menos alguns dos factores de risco enumerados no enquadramento teórico.

Devido ao facto do comportamento anti-social poder englobar comportamentos tipificados como crime e comportamentos que não o são, decidiu-se escolher uma amostra de adolescentes com uma idade compreendida entre os 11 e os 15 anos. Esta questão tem a ver com a maioridade penal em Portugal situar-se aos 16 anos e pretender-se actuar o mais cedo possível, tendo em conta a importância da adolescência no processo de desenvolvimento do jovem e na formação da sua personalidade.

Assim sendo, poderão integrar este projecto de intervenção os adolescentes que frequentem uma Escola Secundária e que tenham como idade máxima os 15 anos.

6. Objectivos da Intervenção

Tendo em conta a complexidade dos comportamentos anti-sociais apresentados pelos adolescentes, é necessária uma intervenção que procure desenvolver neles as competências fundamentais para viver em sociedade de uma forma saudável e favorável. Assim, o objectivo da intervenção é fomentar as diversas competências pessoais, afectivas, comunicacionais, relacionais e comportamentais.

Seguem-se os objectivos do projecto de intervenção.

O presente estudo tem como objectivo geral reduzir o número de casos de comportamentos anti-sociais. Como objectivos específicos:

- a. Minimizar os factores de risco individuais associados ao comportamento anti-social e fomentar os factores de protecção individuais associados a esse mesmo comportamento.

- b. Fomentar uma atitude pró-social nos jovens que apresentam comportamentos anti-sociais, nomeadamente através da promoção da assertividade e das competências de comunicação e de relacionamento interpessoal.
- c. Promover estratégias de resolução de conflitos, de controlo emocional e de auto-controlo da agressividade e da impulsividade.

7. Técnicas e Estratégias Utilizadas

O programa de intervenção será composto por três módulos:

- I. Competências Pessoais e Afectivas
- II. Competências Comunicacionais Relacionais
- III. Competências Comportamentais.

De um ponto de vista geral, o projecto de intervenção será estruturado da seguinte forma: três módulos, com a duração de um mês cada; cada módulo terá quatro sessões semanais de duas horas; tendo então o projecto a duração total de vinte e quatro horas. Cada sessão será efectuada com um grupo de dez adolescentes, no máximo.

A equipa técnica necessária para a realização do presente projecto de intervenção será um Criminólogo e um Psicólogo, com experiência nas problemáticas subjacentes ao comportamento anti-social.

Para as actividades pretendidas neste projecto precisar-se-á de uma sala ampla, arejada e com luz suficiente, onde se irão colocar 12 cadeiras, uma secretária e um quadro. Na disposição da sala, o projecto inclui uma organização de cadeiras em círculo, que terá como vantagens: 1) os participantes podem relaxar e interagir bem entre si; 2) os participantes podem adoptar posturas menos defensivas; 3) não existe uma posição específica para o técnico; 4) facilmente se reorganiza a sala para jogos e exercícios em grupo; e 5) impede que os participantes fiquem “presos” a uma

determinada cadeira (Schiefer, Teixeira e Monteiro, 2006, *cit. in* Kazdin e Buela-Casal, 2001).

Em todos os módulos, os técnicos terão de efectuar a sua planificação, para tal foi elaborada uma grelha de planificação dos módulos (ver Anexo VI).

Antes de se iniciar efectivamente o programa de intervenção, será realizada uma sessão inicial que se destina a ser de auto-apresentação dos participantes e dos técnicos, de explicação e de esclarecimento do projecto e da intervenção. É uma sessão de conhecimento dos interesses e vontades dos jovens, com a finalidade de criar um clima de colaboração e confiança. É incentivado aos participantes a colocação de perguntas do seu interesse sobre o projecto, sendo que os técnicos devem responder a todas elas com a máxima clareza e honestidade, de forma aos adolescentes perceberem a vontade deles em ajudá-los a alterar o comportamento que têm vindo a apresentar.

Nesta sessão, irá ser ainda realizada a seguinte actividade, denominada de “Auto-Retrato”, na qual os técnicos distribuem por cada participante uma folha e um lápis, convidando-os a escreverem uma frase ou a desenharem algo que seja representativo de si próprios, ou a descreverem a sua maneira de ser ou sentir, sendo que o anonimato dos trabalhos deve ser garantido. De seguida, os participantes entregam os trabalhos ao técnico que, por sua vez, os faz circular, um de cada vez, por todos os membros do grupo. Após de terem observado atentamente os trabalhos, os participantes exprimem a sua opinião sobre a personalidade do autor. Quando todos os trabalhos tiverem sido comentados, os técnicos devem convidar o autor a revelar ao grupo o seu próprio trabalho e explicar a razão da frase ou do desenho, havendo uma discussão final livre. Prevê-se que esta actividade tenha uma duração aproximada de trinta minutos e tem como objectivo principal criar nos participantes motivação para o programa de intervenção, bem como, dar a conhecer cada elemento do grupo.

Os participantes também irão responder, nesta sessão de apresentação, a uma Ficha de Diagnóstico Inicial (ver Anexo VII), de modo a ser realizada uma primeira avaliação do jovem que irá ser comparada com a avaliação final e com as avaliações posteriores.

i. MÓDULO I – COMPETÊNCIAS PESSOAIS E AFECTIVAS

O Módulo I tem como objectivo promover as competências pessoais e afectivas dos adolescentes que apresentam comportamentos anti-sociais.

Este módulo inicial pretende fomentar e desenvolver as capacidades pessoais dos jovens, de modo a reduzir os factores de risco individuais do comportamento anti-social e a promover os factores de protecção individuais. Para além destas capacidades pessoais, pretende-se focar de igual modo as competências emocionais e afectivas, nomeadamente através da compreensão das emoções e dos sentimentos. Pretende-se dotar estes jovens de aptidões emocionais, de modo a eles serem capazes de se colocar no papel dos outros e de perceberem que todos os seres humanos são dotados de emotividade e de sentimentos.

O Módulo I será constituído por quatro sessões, com a seguinte organização: 1ª Sessão: A Auto-Estima; 2ª Sessão: A Motivação; 3ª Sessão: O Controlo Emocional; e 4ª Sessão: Reflexão Final.

1ª Sessão: A Auto-Estima

Nesta primeira sessão do Módulo I pretende-se que os adolescentes que participam no programa de intervenção adquiriam uma melhor auto-estima, através do reconhecimento das suas características positivas, bem como das características positivas dos outros.

Na primeira sessão será realizada a dinâmica de grupo denominada de “Jogo da Verdade” (Fritzen, 1981, p. 23). Esta actividade tem como objectivos o conhecimento mútuo entre os participantes, através da libertação da personalidade, bem como da desinibição e desbloqueio dos participantes. O tempo previsto para esta actividade é de uma hora. Antes da actividade se iniciar, os técnicos preparam várias perguntas que irão ser colocadas. A organização da sala contará com cadeiras dispostas em círculo, com uma cadeira no meio.

Esta dinâmica de grupo será estruturada da seguinte forma: 1) os técnicos inicialmente darão algumas orientações acerca da finalidade da actividade, esclarecendo que quem coloca as questões e quem as responde, deverá ser o mais honesto possível e usar bom senso, de forma a uma maior eficácia da actividade; 2) os técnicos solicitam que um voluntário ocupe a cadeira no centro do círculo; 3) o participante que se voluntariou para ser o interrogado, deverá prometer dizer apenas a verdade; 4) os técnicos dirigem-se aos outros participantes, dando-lhes a ler a pergunta que têm de questionar; 5) após alguns minutos, faz-se o revezamento e outro participante ocupa o centro do círculo, e assim sucessivamente até todos os participantes terem ocupado esse lugar; e 6) no final da actividade seguem-se os depoimentos e comentários acerca da experiência.

2ª Sessão: A Motivação

A segunda sessão do Módulo I tem como objectivo primordial que os participantes ganhem motivação face ao seu percurso pessoal e académico.

Esta sessão será organizada inicialmente na forma de um discurso livre entre os participantes e os técnicos de forma a estes perceberem quais os objectivos de vida destes adolescentes e de modo a fomentar neles uma melhor motivação face às diferentes situações do quotidiano.

Nesta sessão será ainda realizada a dinâmica de grupo denominada “Exercício da Qualidade” (Fritzen, 1981, p. 39). Esta actividade tem como objectivo consciencializar os participantes para a observação das boas qualidades nas outras pessoas, de forma a despertar nelas essas qualidades até aqui ignoradas. Pretende-se através desta dinâmica de grupo que haja uma maior motivação pessoal por parte dos participantes. O tempo previsto para esta actividade é de uma hora e os recursos materiais necessários são lápis e papéis, sendo que a organização da sala contará com cadeiras dispostas em círculo.

Esta dinâmica de grupo será estruturada da seguinte forma: 1) os técnicos iniciam a actividade dizendo que, no quotidiano, a maior parte das pessoas não observam as qualidades dos outros, mas sim os seus defeitos, pelo que nesta sessão irão

ter a oportunidade de realçar as qualidades dos outros participantes; 2) seguidamente, os técnicos distribuem pelos adolescentes papéis e lápis, sendo que cada participante deverá escrever, no seu entender, a qualidade do colega da direita, tendo os técnicos que garantir o anonimato das respostas; 3) os técnicos solicitam que todos os participantes dobrem os papéis, os quais são misturados e redistribuídos pelos adolescentes; 4) o participante à direita dos técnicos começa por ler em voz alta a qualidade que consta no papel, procurando entre os membros do grupo a pessoa, que no seu entender, é caracterizada por aquela qualidade; 5) o participante ao dizer o nome da pessoa à qual pensa pertencer essa qualidade, deve justificar a sua escolha; 6) segue-se o mesmo processo com os outros participantes; e 7) no final da actividade, os técnicos pedem aos participantes que identifiquem a qualidade que escreveram sobre a pessoa que está sentada do seu lado direito, sendo que após essa identificação os todos participantes deixam o seu comentário.

3ª Sessão: O Controlo Emocional

A terceira sessão do Módulo I pretende fomentar nos participantes competências emocionais e afectivas, nomeadamente através da compreensão das emoções e dos sentimentos. Pretende-se dotar nestes sujeitos de aptidões emocionais, sendo que a partir do entendimento das emoções, eles próprios serem capazes de se colocar no papel do outro e perceber que o outro é um ser dotado de emotividade e de sentimentos.

Ambiciona-se dar a conhecer as emoções, explicar-lhes que todos temos sentimentos e que é bom sentirmo-nos e sentir os outros. Pretende-se fomentar a sensibilidade em relação às emoções dos outros e às suas próprias emoções. Falar-se-á de emoções como a alegria, o amor, a raiva, o medo, a ansiedade, a tristeza, a culpa, a vergonha, a inveja, a desconfiança, a alegria, a amizade, entre outras, de modo a que eles falem abertamente sobre as suas emoções, com o objectivo de uma descarga emocional e uma limpeza interior de libertação pessoal.

Após esta introdução à sessão será realiza a seguinte dinâmica de grupo “A Troca de um Segredo” (Fritzen, 1981, p. 65) que tem como objectivo criar uma maior capacidade de empatia entre os participantes do programa. O tempo previsto para esta

actividade é de uma hora e os recursos materiais necessários são lápis e papéis, sendo que a organização da sala contará com cadeiras dispostas em círculo.

Esta dinâmica de grupo será estruturada da seguinte forma: 1) os técnicos distribuem pelos participantes os papéis e os lápis; 2) os participantes deverão descrever no papel uma dificuldade que sentem no relacionamento, e que não gostariam de expor oralmente; 3) os técnicos dizem aos participantes para fazerem um tipo de letra diferente, de modo a não serem identificados pelos outros colegas; 4) os técnicos solicitam que todos dobrem os papéis de forma idêntica, recolhem e redistribuem-nos novamente por cada participante; 5) os técnicos solicitam aos participantes que assumam o problema que consta no papel que têm na mão e que se esforcem por compreendê-lo; 6) cada participante, por sua vez, irá ler o papel em voz alta, usando para isso a primeira pessoa e fazendo as alterações necessárias, dando a solução do problema a seguir; 7) não será permitido debate, nem perguntas sobre o assunto durante a exposição; 8) no final os técnicos lideram um pequeno debate fazendo as seguintes questões: “como te sentiste ao descrever o teu problema?”, “como te sentiste ao explicar o problema do outro?”, “como te sentiste quando o teu problema foi relatado por outra pessoa?”, “no teu entender, o outro compreendeu o teu problema?”, “o teu colega conseguiu colocar-se na tua posição?”, “compreendeste o problema da outra pessoa?”, “como te sentiste em relação aos outros membros do grupo?”, “os teus sentimentos mudaram em relação aos outros, depois deste exercício?”.

4ª Sessão: Reflexão Final

A sessão final do Módulo I será de reflexão final, na qual os participantes podem colocar todas as questões que entenderem e falarem abertamente sobre si próprios. Será realizada uma avaliação final de módulo, com o intuito de perceber a evolução dos jovens face ao programa de intervenção (ver Anexo VIII).

ii. MÓDULO II – COMPETÊNCIAS COMUNICACIONAIS E RELACIONAIS

O Módulo II tem como objectivo promover as competências comunicacionais e relacionais dos adolescentes que apresentam comportamentos anti-sociais.

A fomentação das competências comunicativas que é de extrema importância para a convivência social. A palavra e o diálogo são o nosso espelho enquanto pessoas e enquanto seres relacionais, ou seja, não nos fazemos em sociedade sem comunicar. Alguém que apresente défices nas competências comunicativas e que a única forma de resolução de problemas seja com recurso à violência e à agressividade, como é o caso destes jovens, é provável que mais tarde ou mais cedo acabem por pôr em causa os limites legais e morais. A fomentação das competências relacionais será realizada através da aprendizagem das aptidões interactivas de como se relacionar com os outros.

Este módulo tem como finalidade combater as dificuldades no processamento comunicacional, relativamente à linguagem verbal e não verbal, bem como incentivar os jovens a um relacionamento positivo e saudável com os outros.

O Módulo II será constituído por quatro sessões, com a seguinte organização: 1ª Sessão: A Importância das Palavras; 2ª Sessão: A Assertividade; 3ª Sessão: O Relacionamento Interpessoal; e 4ª Sessão: Reflexão Final.

1ª Sessão: A Importância das Palavras

Nesta primeira sessão do Módulo II pretende-se que os adolescentes que participam no programa de intervenção tenham consciência do poder da palavra, bem como a importância da comunicação verbal e não verbal.

Nesta sessão, o técnico faz ver ao participante o porquê da importância do diálogo, isto é, como a palavra pode ser uma forma de resolução de problemas, que até então, só se resolviam com recurso à violência.

A primeira parte desta sessão será organizada em discussões livres, onde os participantes aprenderão que a palavra tem um poder enorme, sendo que, passo a passo, interiorizarão que através da fala conseguirão resolver todos os seus problemas. Ser-lhes-á explicado as vantagens de conversar em vez de resolverem os problemas recorrendo à violência, pois esta última acarreta consigo consequências legais e sociais muito penosas.

A segunda parte desta sessão tem como objectivo incentivar o uso de outra forma de comunicação que não a verbal, isto é, através da linguagem corporal: tom de voz, olhar, expressão facial, gestos, motivos, entre outros. Será realizada a dinâmica de grupo denominada “Reunião Não Verbal” (Fritzen, 1981, p. 95). O tempo previsto para esta actividade é de quarenta e cinco minutos.

Esta dinâmica de grupo será estruturada da seguinte forma: 1) os técnicos iniciam a actividade através da explicação do que é a comunicação não verbal; 2) a seguir os participantes são avisados pelo técnico que não podem expressar-se por palavras escritas ou faladas; 3) os participantes são orientados para que se amontoem na sala, procurando relacionar-se entre si, sem palavras, durante vinte minutos; 4) decorridos os vinte minutos, seguem-se os comentários acerca desta experiência, podendo cada participante expressar em palavras as suas descobertas e os seus sentimentos.

2ª Sessão: A Assertividade

Nesta segunda sessão do Módulo II pretende-se que os participantes sejam capazes de estabelecer um diálogo com os outros sem recurso à violência, à manipulação ou à imposição de ideias. Tem-se como objectivo ensinar a conversar, ensinar a ouvir e a lutar pelos seus ideais sem recorrer à ameaça ou coacção, sem manipular os outros, tudo isto com o dom da palavra e da conversa.

Será realizada a dinâmica de grupo denominada de “Teste de Resistência à Pressão Social” (Fritzen, 1981, p. 60). Esta actividade tem como objectivo criar no participante a capacidade, o equilíbrio e a maturidade para aceitar críticas, superar

impasses, pessimismos, desânimos e censuras sociais. O tempo previsto para esta actividade é de quarenta e cinco minutos e as cadeiras da sala serão organizadas em círculo.

Esta dinâmica de grupo será estruturada da seguinte forma: 1) dois participantes, voluntários ou escolhidos pelo grupo, um de cada vez, dirigem-se a cada participante e dizem-lhe tudo o que parecem saber sobre ele, isto é, os aspectos positivos e negativos; 2) havendo tempo e interesse é óptimo que todos os participantes façam este exercício; 3) estas informações devem ser registadas pelos técnicos; e 4) no final dar-se-á lugar a um pequeno debate, onde todos os participantes, assertivamente, podem dar a sua opinião sobre os aspectos positivos e negativos que os outros participantes consideraram sobre ele.

3ª Sessão: O Relacionamento Interpessoal

A terceira sessão do Módulo II tem como objectivo proporcionar aos participantes melhores formas de relacionamento interpessoal, para isso ser-lhe-á facultado “Os Dez Mandamentos das Relações Humanas” (ver Anexo IX). Após a leitura dos dez mandamentos será realizado um pequeno debate. Esta actividade tem como objectivo fomentar o relacionamento interpessoal nos participantes e terá a duração de trinta minutos.

Outra actividade proposta para esta terceira sessão é a dinâmica de grupo denominada de “Um Trabalho de Equipa” (Fritzen, 1981, p. 56). Esta actividade tem como objectivo demonstrar a eficácia de um trabalho realizado em equipa. Aqui os participantes formarão subgrupos, de cinco elementos cada. Prevê-se que esta actividade tenha a duração de uma hora. O material necessário para esta dinâmica de grupo será a ficha “A Avenida Complicada” (ver Anexo X).

Esta dinâmica de grupo será estruturada da seguinte forma: 1) os técnicos explicam aos participantes que a tarefa de grupo consiste em encontrar um método de trabalho que resolva com máxima rapidez o problema da “Avenida Complicada”; 2)

os participantes terão acesso à ficha com o problema, e obedecendo às informações que ai constam; 3) o subgrupo vencedor será aquele que apresentar primeiro a solução do problema; 4) terminado o problema cada subgrupo fará uma avaliação acerca da participação dos membros da sua equipa; e 5) no final da actividade dar-se-á lugar a um pequeno debate.

4ª Sessão: Reflexão Final

A sessão final do Módulo II será de reflexão final, na qual os participantes podem colocar todas as questões que entenderem e falarem abertamente sobre si próprios. Será realizada uma avaliação final de módulo, com o intuito de perceber a evolução dos jovens face ao programa de intervenção (ver anexo XI).

iii. MÓDULO III – COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS

O Módulo III tem como objectivo promover as competências comportamentais dos jovens que apresentam comportamentos anti-sociais. Para além de se pretender diminuir os comportamentos anti-sociais, pretende-se de igual modo fomentar uma atitude pró-social nestes jovens, bem como, definir estratégias de auto-controlo, de resolução de conflitos e de controlo da agressividade e da impulsividade.

O Módulo III será constituído por quatro sessões, com a seguinte organização: 1ª Sessão: O Auto-Controlo e a Resolução de Problemas; 2ª Sessão: A Impulsividade; 3ª Sessão: A Agressividade; e 4ª Sessão: Reflexão Final.

1ª Sessão: O Auto-Controlo e a Resolução de Problemas

Kadzin, Siegel e Bass (1992, *cit. in* Bailey e Scott, 2008) argumentam que os programas de resolução de conflitos seguem as seguintes linhas clássicas: 1) a definição do problema; 2) a análise das intenções da outra parte envolvida no problema; 3) a criação de uma série de soluções para o problema; 4) a avaliação das soluções propostas; 5) a selecção da melhor solução e a sua colocação em prática; e 6) a análise se essa solução surtiu efeito.

Esta primeira sessão do Módulo III tem como objectivo ensinar os adolescentes a resolverem os seus problemas sem o recurso à violência, à manipulação ou à ameaça.

Esta sessão vai ajudar os participantes resolverem de uma forma sistemática os seus problemas através das seguintes fases: 1) orientação geral, onde o participante deve reconhecer que está perante um problema que lhe pode dificultar a vida e orientar a sua atenção nesse sentido; 2) definição do problema, na qual o participante deve identificar e definir o problema de modo claro e preciso; 3) criação de alternativas, onde o participante perante o problema deve indicar todas as alternativas possíveis para resolver o problema; 4) tomada de decisões, na qual o participante avalia as consequências positivas e negativas de cada uma das alternativas, tendo em consideração o próprio e os outros a curto, médio e longo prazo; e 5) implementação da decisão, onde o participante executa a alternativa escolhida para tentar resolver o problema, verificando qual a sua eficácia.

As situações-problemas serão identificadas primeiramente pelos jovens, que poderão colocar problemas do seu quotidiano e com os quais tenham dificuldades em lidar. Se os participantes se mostrarem relutantes na identificação desses problemas, em última instância, serão os técnicos a colocar algumas dessas situações.

Uma resolução eficaz de problemas vai culminar necessariamente num melhor auto-controlo, aqui o técnico terá como missão explicar aos participantes as melhores formas de se controlarem física e emocionalmente face a situações adversas com as quais tenham de lidar.

2ª Sessão: A Impulsividade

Na segunda sessão do Módulo III pretende-se controlar a impulsividade dos participantes, através da análise de diferentes situações do quotidiano dos jovens, nas quais eles devem pensar antes de agir. Esta sessão tem como objectivo primordial que os participantes pensem nas consequências dos seus actos. E será organizada na forma de discurso livre, discurso esse sempre orientado pelos técnicos.

3ª Sessão: A Agressividade

A terceira sessão do Módulo III tem como finalidade que os participantes perceberam as consequências negativas do comportamento agressivo. Aqui pede-se aos participantes para falarem livremente dos seus momentos de raiva, de modo a que estes percebam o quão prejudicial isso é e as consequências dos seus actos quando agem sob a influência de uma raiva insana. Esta sessão contará ainda com a actividade denominada “Onde Ser Agressivo Me Levou”, na qual é dada aos participantes uma folha de papel e uma caneta, e pede-se que eles escrevem sobre diferentes situações nas quais foram agressivos e as consequências que daí advieram; é pedida uma reflexão sobre a sua vida, especialmente sobre aqueles momentos em que foram mais agressivos.

4ª Sessão: Reflexão Final

A sessão final do Módulo III será de reflexão final, na qual os participantes podem colocar todas as questões que entenderem e falarem abertamente sobre si próprios. Será realizada uma avaliação final de módulo, com o intuito de perceber a evolução dos jovens face ao programa de intervenção (ver Anexo XII).

8. Cronograma

O cronograma do projecto de graduação diz respeito à progressão temporal em que foram realizadas todas as actividades que deram origem ao presente projecto, desde o início da execução do enquadramento teórico, passando pela avaliação de necessidades e pela planificação da intervenção.

	ENQUADRAMENTO TEÓRICO	AVALIAÇÃO DE NECESSIDADES	PLANIFICAÇÃO DO PROJECTO DE INTERVENÇÃO
FEVEREIRO			
MARÇO			
ABRIL			
MAIO			
JUNHO			
JULHO			
AGOSTO			

Tabela 5. Cronograma do Projecto de Graduação

O cronograma do projecto de intervenção refere-se ao início do programa de intervenção, ou seja, à efectiva realização e aplicação do mesmo (ver Anexo XIII).

No final do projecto de intervenção dar-se-á lugar à avaliação final do mesmo, que terá como objectivo medir a eficácia do programa, de forma a verificar se os objectivos da intervenção foram cumpridos. Esta avaliação será realizada tendo em conta a ficha inicial de diagnóstico e as avaliações finais de módulos.

Serão realizados dois momentos finais de avaliação do projecto: um após o término do programa de intervenção (ver Anexo XIV) e um após seis meses do término do referido programa (ver Anexo XV). Estas avaliações serão realizadas pelos técnicos

tendo em conta a evolução comportamental e cognitiva demonstrada pelos participantes, nas diversas dimensões do projecto de intervenção.

9. Orçamento

O orçamento refere-se aos gastos económicos que são necessários para a execução do projecto de intervenção, desde os recursos materiais até aos recursos humanos. Relativamente aos recursos materiais, estes vão ter um custo total de 225,73€ (ver Anexo XVI).

Relativamente aos recursos humanos, a equipa técnica envolvida directamente no projecto, como já foi referido anteriormente, é um Criminólogo e um Psicólogo. O vencimento mensal destes técnicos ronda os 995,51€. Como o período de actividades destes profissionais tem a duração exacta de três meses, irá ser necessário 5.973,06€ para contratar os técnicos.

Ao total, o orçamento do presente projecto de intervenção ronda os 6.198,79€.

10. Análise Crítica do Programa e Resultados Esperados

O presente projecto de intervenção visa ser aplicado a jovens que apresentem comportamentos anti-sociais e cujo contexto familiar e social possa de algum modo colocar em causa o normal desenvolvimento pessoal e social desses jovens. O projecto tem a duração de três meses, com sessões semanais, de forma a dar resposta às principais necessidades sentidas por esses jovens, nomeadamente ao nível das competências pessoais, afectivas, comunicacionais, relacionais e comportamentais.

Após a realização de uma revisão teórica sobre o comportamento anti-social nos adolescentes, vê-se que a família, o grupo de pares e a escola assumem especial importância no desenvolvimento de condutas anti-sociais, visto que, é no seio desta

relações que o jovem efectua o seu crescimento e maturação e opta, ou não, por um estilo de vida anti-normativo.

As dinâmicas familiares de comunicação, afectos, supervisão e punição traduzem-se na forma como o jovem vai lidar com os outros e com a sociedade. Aquando da entrada na adolescência, a influência do grupo de pares sobrepõe-se à influência da família e as relações que se aí estabelecem têm um peso decisivo na evolução e intensificação dos comportamentos anti-sociais. A escola, por si, é o local privilegiado de socialização e é nela que o jovem se associa com o grupo de pares. Quando um jovem não tem o apoio e a supervisão familiar necessária ao seu saudável desenvolvimento, é provável que ele assuma comportamentos desviantes e que a escola e a educação deixem de ser aspectos fundamentais no seu crescimento.

O presente projecto ambiciona fomentar as diversas competências sociais imprescindíveis a um estilo de vida normativo. Pretende-se que os jovens que integrem este programa de intervenção adquiram uma maior consciencialização para o seu percurso social e académico, através de melhorias nas diversas dimensões da sua vida.

Para uma maior eficácia do projecto de intervenção foram traçados objectivos, tendo em conta a revisão teórica efectuada, de forma a diminuir o número de comportamentos anti-sociais apresentados pelos jovens, bem como fomentar neles uma atitude pró-social e um estilo de vida normativo. Tendo em conta esses objectivos foram delineadas algumas actividades a realizar pelos participantes no projecto, com a finalidade dos jovens adquirirem as diversas competências necessárias para a vida em sociedade.

Antes do início efectivo do projecto de intervenção, com recurso ao Gabinete de Mediação de Conflitos de uma Escola Secundária em Vila Nova de Gaia, serão identificados os jovens que podem integrar o programa e serão encaminhados para o mesmo, sempre com os seus consentimentos de intervenção.

O presente projecto de intervenção encontra-se estruturado em três módulos, nos quais estão organizadas as diferentes dinâmicas de grupo a realizar. O projecto terá a duração de três meses.

No final das actividades planificadas, dar-se-á lugar à avaliação final do projecto, na qual constará da eficácia do mesmo através da evolução comportamental dos participantes. Esta avaliação é imprescindível para as futuras alterações que possam vir a ser aplicadas no projecto e no programa de intervenção, de modo a responder ao problema do comportamento anti-social de uma forma mais estruturada. Espera-se, assim, que os resultados encontrados vão de encontro aos objectivos previamente traçados.

CONCLUSÃO

O presente projecto de graduação centrou-se na temática dos comportamentos anti-sociais apresentados pelos jovens, de forma a possibilitar um maior conhecimento acerca desta problemática, nomeadamente a influência social e os factores de risco e de protecção subjacentes a este tipo de comportamento.

Os comportamentos anti-sociais apresentados pelos adolescentes são uma problemática bastante actual na nossa sociedade, pelo que existe cada vez mais a necessidade de encontrar respostas preventivas para este fenómeno.

O presente projecto de graduação visou desenvolver uma intervenção junto dos jovens com comportamentos anti-sociais, cujo contexto social e familiar pode comprometer o normal e saudável desenvolvimento pessoal, académico e social desses adolescentes.

O projecto de intervenção planificado abrange as diversas competências essenciais para a diminuição do número de casos de comportamentos anti-sociais apresentados pelos jovens, nomeadamente através da fomentação de um estilo de vida normativo e de uma atitude pró-social nos adolescentes.

Os objectivos de intervenção traçados vão de encontro às actividades que foram planificadas e estas actividades têm como finalidade diminuir os factores de risco individuais do comportamento anti-social e aumentar os factores de protecção individuais, nomeadamente as competências sociais, a auto-estima, a capacidade de resolução de problemas e conflitos, a autonomia e a capacidade de pensar nas consequências dos seus actos. Tendo em conta estas dimensões, é objectivo consciencializar os jovens para as suas próprias e inculcar neles um espírito cívico socialmente normativo.

No que concerne à função do Criminólogo, dada à sua formação que abrange os diversos domínios da área social, este é capaz de compreender o fenómeno criminal e de actuar sobre ele de uma forma preventiva.

Enquanto Criminóloga, o projecto de intervenção aqui desenvolvido, assume-se como uma ferramenta de trabalho que carece ser testada na prática. No entanto, pensa-se que dadas as diversas valências que este projecto abrange, é possível prevenir que os comportamentos anti-sociais que os jovens apresentam persistam e se agravem. O presente projecto de intervenção foi desenvolvido tendo em conta as principais necessidades que os jovens com comportamentos anti-sociais apresentam, nomeadamente nas competências comunicacionais, relacionais, afectivas e sociais.

O objectivo central do projecto é, como referido anteriormente, reduzir o número de casos de comportamentos anti-sociais nos jovens. Este objectivo só será atingido através da promoção das competências essenciais para a vida em sociedade de uma forma normativa.

A intervenção do técnico no presente projecto será ao nível do acompanhamento dos jovens que participem no programa de intervenção, sempre com uma atitude de compreensão, de apoio e de confiança. O técnico não deverá lançar juízos de valor sobre o comportamento dos jovens, mas antes, fazê-los ver os aspectos positivos e negativos das suas vidas, para que sejam eles próprios a ter uma atitude de reflexão sobre os seus comportamentos. O técnico deverá inculcar nos jovens uma atitude pró-social, fazer-lhes ter objectivos de vida concretos e atingíveis, deverá ensinar-lhes a melhor forma de resolução de problemas e conflitos sem o recurso à agressividade e à violência.

Agir sobre a problemática dos comportamentos anti-sociais nos jovens o mais precocemente possível, mostra-se como um instrumento essencial para a diminuição do número de indivíduos que futuramente possam adoptar um estilo de vida criminal.

BIBLIOGRAFIA

- BAILEY, S. e SCOTT, S. (2008). Juvenile Delinquency. *In: RUTTER, M., BISHOP, D., PINE, D, SCOTT, S., STEVENSON, J., TAYLOR, E. e THAPAR, A. (Eds.). Rutter's Child and Adolescent Psychiatry. 5ª Edição. Oxford, Blackwell Publishing, pp. 1106-1125.*
- BARROSO, J. (2003). Ordem disciplinar e organização pedagógica. *In: CORREIA, J. A. e MATOS, M. (Eds.). Violência e Violências da e na Escola. Porto, Edições Afrontamento, pp. 65-71.*
- BORDUIN, C. e SCHAEFFER, C. (1998). Violent offending in adolescence: epidemiology, correlates, outcomes, and treatment. *In: GULLOTZ, T., ADAMS, G. e MONTEMAYOR, R. (Eds.). Delinquent violent youth theory and interventions. USA, Sage Publications, pp. 144-170.*
- CARROLL, A., HOUGHTON, S., DURKIN, K. e HATTIE, J. A. (2009). *Adolescent Reputations and Risk: Developmental Trajectories to Delinquency.* New York, Springer.
- CORREIA, J. A. e MATOS, M. (2003). Disciplina e violência: algumas reflexões introdutórias. *In: CORREIA, J. A. e MATOS, M. (Eds.). Violência e Violências da e na Escola. Porto, Edições Afrontamento, pp. 25-29.*
- CUNHA, B. D. e CARDOSO, A. (2004). Abandono escolar precoce e exclusão social: resultados de uma investigação-acção junto de jovens de um bairro degradado. *In: SILVA, M. H., FONSECA, A. C., ALCOFORADO, L., VILAR, M. M. e VIEIRA, C. M. (Eds.). Crianças e Jovens em Risco: da investigação à intervenção. Coimbra, Almedina, pp. 141-151.*
- DEMATTEO, D. e MARCZYK, G. (2005). Risk Factors, Protective Factors, and the Prevention of Antisocial Behavior Among Juveniles. *In: HEILBRUN, K., NAOMI, E., GOLDSTEIN, S. e REDDING, R. E. (Eds.). Juvenile Delinquency: Prevention, Assessment and Intervention. New York, Oxford University Press, pp. 19-44.*

- DEMUTH, S. e BROWN, S. L. (2004). Family Structure, Family Processes, and Adolescent Delinquency: The Significance of Parental Absence Versus Parental Gender, *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 41 (1), pp. 58-81.
- DIAS, J. F. e ANDRADE, M. C. (1997). *Criminologia: O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. 2ª Edição. Coimbra, Coimbra Editora.
- ESTEVES, A. J. (2001). A Investigação-Ação. In: SILVA, A. S. e PINTO, J. M. (Eds). *Metodologia das Ciências Sociais*. 11ª Edição. Porto, Edições Afrontamento, pp. 251-278.
- FACO, V. M. e MELCHIORI, L. E. (2009). Conceito de Família: Adolescentes de Zonas Rural e Urbana. In: VALLE, T. G. (Ed.). *Aprendizagem e Desenvolvimento Humano: Avaliações e Intervenções*. São Paulo, Cultura Académica, pp. 121-135.
- FEIST, J. e FEIST, G. J. (2006). *Theories of Personality*. 6ª Edição. New York, McGraw-Hill.
- FERREIRA, P. M. (1997). Delinquência juvenil, família e escola, *Análise Social*, XXXII (143), pp. 913-924.
- FERREIRA, P. M. (2000). Controlo e identidade: a não conformidade durante a adolescência, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, pp. 55-85.
- FRITZEN, S. J. (1981). *Exercícios Práticos de Dinâmica de Grupo*. 36ª Edição. Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- GONÇALVES, R. A. (2008). *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão*. 3ª Edição. Coimbra, Quarteto.
- KAZDIN, A. E., e BUELA-CASAL, G. (2001). *Conduta Anti-Social: Avaliação, Tratamento e Prevenção na Infância e na Adolescência*. Lisboa, McGraw-Hill.

- KOMAROVSKAYA, I., LOPER, A. B. e WARREN, J. (2007). The Role of Impulsivity in Antisocial and Violent Behavior and Personality Disorders Among Incarcerated Women, *Criminal Justice and Behavior*, 34, pp. 1499-1515.
- MARTINS, J. S. (2005). *Violência e Maus Tratos em Contexto de Socialização e Delinquência Juvenil*, Tese não publicada. Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.
- MATOS, M., NEGREIROS, J., SIMÕES, C. e GASPAR, T. (2009). *Violência, Bullying e Delinquência: Gestão de Problemas de Saúde em Meio Escolar*. Lisboa, Coisas de Ler.
- MENEZES, I. (2007). *Intervenção Comunitária: Uma Perspectiva Psicológica*. Porto, Legis Editora.
- NEGREIROS, J. (2001). *Delinquências Juvenis: Trajectórias, Intervenções e Prevenção*. Lisboa, Editorial Notícias.
- NUNES, L. M. (2010). *Crime e Comportamentos Criminosos*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.
- SEBASTIÃO, J., ALVES, M. G. e CAMPOS, J. (2003). Violência na Escola: das Políticas aos Quotidianos, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 41, pp. 37-62.
- SHOEMAKER, D. J. (2009). *Juvenile Delinquency*. Plymouth, Rowman & Littlefield Publishers.
- SPRINTHALL, N. A. e COLLINS, W. A. (1994). *Psicologia do Adolescente: Uma Abordagem Desenvolvimentista*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- VIDAL, A. (1996). *Psicologia Comunitária: Bases Conceptuales y métodos de Intervención*. Barcelona, EUB, S. L.